

Jogo de Titular: questões de gênero em memoriais acadêmicos de titularidade de antropólogas (USP/UNICAMP, 2000-2015)¹

Wilton C. L. Silva (UNESP, Campus de Assis / São Paulo)²

Memoriais acadêmicos, gênero, antropólogas.

Introdução

O estudo das narrativas de vida de educadores e educadoras tem sido abordados por uma extensa diversidade de entradas e terminologias de pesquisa, sintoma de uma flutuação terminológica em torno das histórias e relatos de vida, biografias e autobiografias que refletem a riqueza e a dificuldade de se expressar distintas vivências e temporalidades.

Buscamos estudar, a partir de memoriais acadêmicos, relatos críticos de trajetória cultural e intelectual de mulheres enquanto docentes universitárias, a partir deste desse documento que exigido em concursos públicos de progressão de carreira mostrasse tanto um produto técnico-burocrático quanto um exercício de rememoração, representando a memória individual de uma carreira profissional e ao mesmo tempo um vestígio da memória institucional do ensino superior no país.

Memorial acadêmico: memória institucional e memória individual.

O tipo de escrita autorreflexiva que caracteriza o memorial, mesmo delimitado por determinações burocráticas dos editais, que buscam a homogeneização, a racionalização e a formatação em padrões institucionais, enquanto narrativa autobiográfica se traduz em rico material para reflexões sobre os *ethos* discursivos de cada campo profissional, as práticas da profissão docente, os relacionamentos intragrupos (com os pares), as relações

¹ Trabalho apresentado na 31ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

² A presente comunicação faz parte de pesquisa que recebe recursos de Bolsa de Auxílio Regular FAPESP, Proc. 2016/19014-0.

intergrupos (envolvendo o diálogo com instâncias administrativas educacionais e com os alunos em sala de aula e em orientações diversas), entre outros aspectos.³

Sua função e as determinações formais, com suas características imprescindíveis determinadas por edital específico, caracterizam-no como egodocumento / autodocumento⁴, ou seja, certos documentos institucionais que se apresentam como fontes específicas enquanto manifestação de uma individualidade e que servem como reflexo de formas de vida coletivas e de socialização, mentalidades, valores e características grupais, entre outros aspectos, no espaço entre instituição e indivíduo.

Enquanto narrativa, a situação na qual narrador e personagem são a mesma pessoa, rompendo com as instâncias dicotômicas da escrita acadêmica em geral, assinala a presença do “pacto autobiográfico” (LEJEUNE, 2008, p. 48), no qual a confluência entre narrador e personagem busca construir um “relato retrospectivo em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, enfatizando sua vida individual e, em particular, a história de sua personalidade.”⁵

³ Fournier (2003, p. 6) cita *La république des universitaires 1870-1940* (1994), de Christophe Charle como exemplo de estudo de abordagem prosoprográfica, criada a partir de uma análise sistemática de amostras de biografia de intelectuais ou de professores, que embora não seja o objetivo de nossa pesquisa, demonstra certas potencialidades desse tipo de abordagem: “Por meio dessas biografias, encontramos a lógica das estruturas, mas também os dados sociais e culturais que permitem às estruturas evoluir, pois os condicionamentos que traduzem as trajetórias dos locais de formação, dos elos intelectuais ou sociais, indicam quais são as margens do jogo do sistema ou, ao contrário, se ele obriga, para inovar, a recorrer a soluções externas.”

⁴ Em meados da década de 50 do século XX o historiador holandês Jacob Presser criou o conceito de “egodocumento” para definir os textos nos quais o autor escreve explicitamente a cerca de si mesmo, e nas décadas seguintes Winfried Schulze amplia o conceito na historiografia alemã incorporando os documentos escritos de forma involuntária ou obrigatória (como processos jurídicos, livros contábeis, testamentos, entre outros). Posteriormente outros pesquisadores alemães, como Fabian Brändle, Kaspar von Greyerz e Lorenz Heiligensetzer objetaram que a questão da vontade do autor deveria ser um limite para o enfoque de tais documentos, uma vez que as determinações de natureza judicial, administrativa ou econômica poderiam contribuir para uma percepção distorcida da pessoa, defendendo a delimitação de tais fontes como “autodocumentos” (*Selbstzeugnisse*) (ARISTIZABAL, 2012, p. 8-9)

⁵ Em uma enumeração sobre as formas canônicas, inovadoras e novas do “espaço biográfico” Arfuch (2010, p. 60) lista “biografias, autorizadas ou não, autobiografias, memórias, testemunhos, histórias de vida, diários íntimos – e, melhor ainda, secretos -, correspondências, cadernos de notas, de viagens, rascunhos, lembranças de infância, autoficções, romances, filmes, vídeo e teatro autobiográficos, a chamada *reality painting*, os inúmeros registros biográficos da entrevista midiática, conversas, retratos, perfis, anedotários, indiscrições, confissões próprias e alheias, velhas e novas variantes do show (*talk show, reality show*), a videopolítica, os relatos de vida das ciências sociais e as novas ênfases da pesquisa e da escrita acadêmicas.” E particularmente, no campo intelectual, continua a autora: “assistimos a exercícios de ‘ego-história’, a um auge de autobiografias intelectuais, à narração autorreferente

Finalmente, apontando uma questão de gênero, destacamos que a imensa maioria de trabalhos sobre a história de vida de educadores e intelectuais apresenta uma dicotomia, na qual o ensino básico e fundamental é um campo feminino e o universitário, por sua vez, é masculino.

Assim, propomos ler e mapear documentos do ensino superior, dotados de dimensão institucional / burocrática e autobiográfica, os memoriais, do mais alto nível da carreira universitária, a titularidade, de professoras / pesquisadoras de duas das mais importantes universidades do país, USP e UNICAMP, em quinze anos do século XXI, entre 2000 e 2014.

Mais do que expor os relatos em si e suas particularidades buscamos pensar a presença de marcadores discursivos sobre a questão de gênero em tais trajetórias, nas quais destacam-se tanto o explicitar como o calar sobre relações familiares e corporalidade, entre outras possíveis dimensões da carreira acadêmica feminina.⁶

Indiferente à narrativa eufórica ou constrangida, cartesiana ou hermenêutica, quantitativa ou qualitativa, curricular ou vivencial, no interior de certas estruturas e tradições (misóginas) no campo intelectual-acadêmico, os memoriais são um rico material para a compreensão de quem somos através da percepção de como nos tornamos o que somos e quais seriam nossas possibilidades de vir a ser.

Memorial acadêmico: escrita de gênero

Quase que de forma consensual a identidade profissional da docente é apresentada a partir do encadeamento de diferentes e sucessivas fases que se

da experiência teórica e à autobiografia como matéria da própria pesquisa, sem contar a paixão pelos diários íntimos de filósofos, poetas, cientistas, intelectuais.” (p. 61)

⁶ Em sua diversidade de forma e conteúdo os memoriais apresentam valiosas informações sobre os docentes, não só enquanto professores e pesquisadores, mas também como indivíduos e membros de grupos, permitindo a delimitação de origens sociais (dinâmicas familiares, posições no núcleo familiar, dados sobre os irmãos, pais e parentes mais próximos, redes de sociabilidade, ocupações e rendas, locais de residência, genealogia entre outros), da educação familiar e formal (processos de alfabetização e formação intelectual, atividades de lazer e culturais, viagens diversas, domínio de idiomas, panteão cultural, artístico e intelectual, esperanças subjetivas, alternativas de carreira, modelos de excelência, percepções de desempenho, etc), de trajetória social (vida afetiva, casamento, dados sobre o cônjuge e sua família, filhos, capital material, entre outros) e a trajetória intelectual em si (para além do currículo, incorporando não só a sucessão de empregos, realizações e inserção no campo, mas ainda escolhas, heranças, trocas e rupturas, representações sobre corpo, classe, gênero e raça, perfis de identidade e referenciamento, etc.), em uma amplitude que encanta e assusta.

estendem dos condicionantes da opção pela profissão, passando pela formação inicial e, de resto, pelas experiências enquanto opções, práticas, continuidades e descontinuidades do magistério.

Por sua vez, ao longo do século XX as particularidades metodológicas da Antropologia, com a imersão cultural e os necessários diários de campo, colocam de forma precoce a discussão sobre autorreflexão e narrativa, o que se relaciona com o surgimento do neologismo “autoetnografia”⁷ e os desdobramentos da questão da narrativa, a escrita de si e o fazer etnográfico.

A autoetnografia é uma metodologia surgida no interior da antropologia social, a partir do momento em que a experiência etnográfica é percebida para além da coleta de dados, das constantes observações e das anotações descritivas, incorporando a particularidade do ser e estar em campo e de como foram estabelecidas as interações com os contextos socioculturais enquanto uma experiência de aprendizagem, desafios e soluções, falhas e sucessos, que seriam assim compartilhadas através da escrita.

Ellis (2004) define a autoetnografia como a descrição e a análise sistemática da vivência pessoal (*auto*) que busca compreender a experiência cultural (*ethno*) inserida em uma forma de pesquisa e escrita (*grafia*) com ênfase no processo de autorreflexão que aproximam características de autobiografia (escrita sobre o próprio passado) e da etnografia (estudo de práticas culturais) para a produção de descrições estéticas, evocativas e densas.⁸

Acreditamos que tais questões, por porosidade ou capilaridade do campo intelectual, se apresentam na escrita dos memoriais das antropólogas analisados, quer por aproximação ou por afastamento.

Em tais textos as autoras-narradoras reorganizam as instâncias dicotômicas sujeito-objeto através da inclusão explícita de suas personas como foco de análise, na qual ao mesmo tempo em que a narradora produz uma

⁷ A origem do termo “autoetnografia”, segundo Versiani (2005, p. 97), surge na antropologia a partir de textos de Reed-Danahay, Phillippe Lejeune, Alice Deck e Mary Louise Pratt, como um desdobramento de discussões entre produção textual e subjetivação, nas quais a coletânea “*Writing Culture: the poetics and politics of ethnography*” (1986) organizada por Clifford e Marcus James e os trabalhos de Michael Fischer sobre autobiografias étnicas são alguns exemplos significativos.

⁸ Essa aproximação entre a autobiografia e a etnografia pode resultar em um amálgama de documentos impressos e/ou audiovisuais produzidos por um pesquisador que pretende oferecer aos leitores uma escrita que incorpore “ação, diálogo, emoção, corporalidade, espiritualidade e um senso de autoconsciência”. (RAAB, 2013, p. 2)

manifestação discursiva em que se coloca em relação consigo mesma esta é mediada pelas exigências da contratualidade, ou seja, as expectativas do auditório possível em relação ao discurso em primeira pessoa como relato crítico de sua trajetória cultural e intelectual, assim como de suas expectativas profissionais e acadêmicas.

O corpo documental escolhido reúne quatro memoriais acadêmicos de titularidade, escritos por Lilia K. Moritz Schwarcz (2004) e Sylvia Caiuby Novaes (2010), da USP, e Vanessa R. Léa (2010) e Heloisa André Pontes (2014), da UNICAMP.

O formato é delimitado pela normatização acadêmica, em um texto impresso em folhas de sulfite A4, com margens de 3 e 2,5 cm, em tipo Times New Roman ou Arial, tamanho 12, com espaço 2 ou 1,5, ocupando em geral cerca de quatro dezenas de páginas, sendo comum o uso de notas de rodapé e no caso dos documentos analisados se mostraram quase totalmente ausentes quaisquer processos de estetização (como uso de imagens, utilização de textos literários para além de tímidas e raras epígrafes ou editoração do volume) ou mesmo maiores arroubos literários.

Relações familiares enquanto marcador discursivo.

A evocação das relações familiares, em um decalque da questão de gênero, é muito mais comum e extensa nos relatos femininos, com eventual destaque para as questões de maternidade, embora as situações de transformação social trazidas pelo tempo, como nascimentos, casamentos, doenças e morte também são referidas.

Nos memoriais das décadas de 50 do século XX a evocação das origens familiares se destinava a apresentar uma herança ético-moral e intelectual que justificasse o ingresso ou permanência do indivíduo no meio acadêmico, como demonstração de um caráter já existente mais do que o processo de formação de um caráter, embora também ocorressem manifestações de heranças “patrimonialistas” e traços de “cordialidade” das relações entre as elites locais.⁹

⁹ Trabalhos sobre a carreira de mulheres nesses espaços universitários, como os de Correa (2003) e Pontes (2011) entre outros, são inspiradores e propõem ampliações ainda não suficientemente exploradas.

Cabe assinalar que enquanto a convenção do relato autobiográfico com o início da narrativa nas condições familiares ocorre com predominância entre as mulheres, a ausência destas vivências não é rara nos relatos masculinos, que optam por estabelecer o ponto de partida na inserção no ambiente universitário.

Tal qual a diversidade do material humano, os memoriais não tem estrutura monolítica, mas apresentam a partir de características individuais certos aspectos do grupo.

No atual contexto, com maior urbanização e uma crescente democratização do acesso ao ensino superior e à pós-graduação, além da predominância dos laços formados internamente na própria vida acadêmica, o espaço íntimo e familiar é exposto mais por uma escolha do que por qualquer justificativa de necessária origem aristocrática ou meritória, embora a questão da herança familiar, principalmente em dois sentidos, o do incentivo ao estudo e o de exemplo de superação, ainda é muito utilizada.

As origens familiares são evocadas tanto pelas condições objetivas que representaram para a possível definição de passos futuros do autor como enquanto lugar de nostalgias quase proustianas,

Corporalidade enquanto marcador discursivo.

Enquanto escrita de si, nos memoriais em geral há narradores constrangidos e eufóricos, assim como discursos com maior ênfase objetiva / quantificável / curricular ou subjetiva / qualitativa / vivencial, embora em ambos os casos, tanto entre masculinos como femininos, são raras as autorreferências de raça e gênero, em contraste com as rotineiras menções de origem de classe.

Particularmente em relação aos relatos femininos tal silêncio pode refletir a sobrevivência de uma tradição misógina no campo intelectual que, reproduzindo heranças de meados do século XX, identifica como fragilidade / limitação / incapacidade aspectos da condição feminina, assim como estigmatiza a condição homossexual, omite as tensões e encantamentos das afetividades, entre outras questões.

A corporalidade e as matrizes saúde / doença muito poucas vezes se fazem presentes nesse tipo de narrativa, e nos casos analisados embora indivíduos e grupos analisados possam contrair doenças e/ou sofrer invalidez ou mortandade, a descrição do próprio corpo do pesquisador, suas fragilidades e dores são uma ausência.

Tal qual no modelo dicotômico do “dualismo filosófico” cartesiano, que separa de forma estanque corpo e alma, o intelectual raramente estabelece relação entre seu ambiente de trabalho, seu processo de criação, seu cotidiano de docência e pesquisa, e suas atividades outras com as determinantes, os problemas e os desgastes de sua “carcaça biológica”.

O físico e biológico existem em uma dimensão não intelectual, onde o diabetes, a hipertensão, as cardiopatias, os problemas de visão, as dores de coluna, joelho e quadril, o sobrepeso e a obesidade, o tabagismo, o alcoolismo, o desequilíbrio emocional e psíquico, entre outras dores e mazelas, são todos compartimentalizados de forma totalmente desvinculada com o modo de vida, os hábitos e as práticas do trabalho acadêmico, ou mesmo como acontecimento relacionado com este.

Do mesmo modo, a sexualidade e a afetividade representam uma ausência relevante, como se os acadêmicos fossem seres sem libido, sacerdotes do conhecimento, em uma instituição em que vínculos primários inexistem, assim como práticas de assédio, favores sexuais, trocas de idéias que ocorrem paralelamente à mistura de fluídos corporais, comensalismo afetivo-intelectual, etc.¹⁰

E tal qual a dificuldade para se falar em coisas da alma encontram-se entraves para a descrição ou avaliação das coisas do corpo, o que resulta em

¹⁰ Um exemplo das possibilidades de análise decorrentes desse enfoque, em outro campo simbólico e recorte temporal, é o trabalho de Heloisa Pontes, em *Intérpretes da metrópole: História social e relações de gênero no teatro e no campo intelectual, 1940-68* (sua tese de Livre Docência, defendida em 2008 e publicada em 2011 pela EDUSP), no qual identifica um contraste entre as mulheres intelectuais, que enfrentavam uma série de constrangimentos e desafios para se afirmarem (como a conciliação da carreira com a vida familiar ou a possibilidade, em caso de marido também intelectual, de se situar para além da sombra deste), e as atrizes, que assumiram o um protagonismo sob a anuência e apoio dos parceiros, maridos ou amantes, em uma complementariedade, onde estas criavam suas companhias teatrais e aqueles atuavam como diretores, intérpretes ou empresários, refletindo dinâmicas particulares dos dois campos em sua maior ou menor permeabilidade à ascensão feminina. Interessante trabalho sobre as afetividades na carreira acadêmica é a dissertação em Antropologia de Moraes (2012) com o título *Pântanos de relações e colchões de cumplicidade: academia e conjugalidade na perspectiva de quatro mulheres intelectuais*. Também digno de referência sobre parcerias intelectuais e/ou afetiva é Chadwick e Courtivron (1995).

uma ausência da dimensão física/corporal - exceto em raras referências a maternidade e/ou ao envelhecimento.

Assim, se a compreensão de quem somos passa pela percepção de como nos tornamos o que somos e quais seriam nossas possibilidades de vir a ser, na narrativa dos memoriais isso inexistente na dimensão física/corporal, de modo que a corporalidade é uma “não experiência” ou uma “não vivência”, com as eventuais exceções da maternidade e do envelhecimento, e que nem sempre recebem maiores destaques.

Considerações finais

O “fabulismo da vida”, nesse caso convertido também na de uma trajetória ou carreira, aponta para o maior ou menor nível de liberdade de expressão presente no campo acadêmico, para dinâmicas discursivas próprias do meio e para a valorização da perspectiva pessoal a partir do giro subjetivo, ao mesmo tempo em que a relativa familiaridade com a linguagem escrita que tais narradoras detêm lhes possibilitaria um hibridismo harmônico entre a objetividade do currículo e a subjetividade da memória.

Essas observações, mesmo que limitadas e impressionistas, sobre um esforço de narrativa autobiográfica e autorreflexiva, em um contexto bastante específico (de um concurso público), tornam visíveis a imensa dificuldade, talvez geracional ou de campo intelectual específico, para que mulheres exponham certas dimensões de suas experiências acadêmicas e vivências pessoais.

A observação dos memoriais estudados parece confirmar a nossa hipótese de que os referenciais teórico-profissionais influenciam os conteúdos reivindicados nesse tipo de narrativa, de tal forma que a escrita antropológica, em sua relação íntima com a experiência etnográfica no trabalho de campo, se apresenta como caminho privilegiado para que o narrador-antropólogo se identifique não só como intelectual mas também como escritor, favorecendo a expressão de sua subjectividade nos memoriais acadêmicos parece confirmada, uma vez que tal narrativas hermenêuticas são em sua maioria de tal grupo e não no de historiadores.

Encerro com uma citação do memorial de Pontes (2014) quando chama a atenção de seu leitor para a relação na reflexividade sobre a escrita e uma certa herança do campo antropológico :

“Empenhada no entendimento alargado de experiências sociais e simbólicas diversas, a etnografia só se realiza por meio da escrita e só se completa **na escrita**. Daí que não basta dizer que o real é sempre construído e que os sentidos são sempre negociados numa trama complexa de dispositivos de poder. É preciso descrever: mostrar como e de que forma, em que contextos, com que entonação e modulação de voz, se no público ou no privado, por homens ou por mulheres etc. Os tais dos ‘imponderáveis da vida social’, que tanto encantam os antropólogos, precisam antes ser descritos. Descrever, escrever, inscrever. Etnografar. Grafar, grafia, escrita.” (PONTES, 2014, p. 7)

Resta a partir de tais caminhos e possibilidades problematizar sempre e mais tanto a escrita do campo quanto a grafia da vida.

FONTES

LÉA, Vanessa R. *Memorial* (Concurso de Professor Titular em Antropologia) Instituto de Filosofia, e Ciências Humanas, Campinas: Universidade de Campinas - UNICAMP, 2010.

NOVAES, Sylvia Caiuby. *Memorial* (Concurso de Professor Titular em Antropologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

PONTES, Heloisa André. *Memorial* (Concurso de Professor Titular em Antropologia) Instituto de Filosofia, e Ciências Humanas, Campinas: Universidade de Campinas - UNICAMP, 2014.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Memorial* (Concurso de Professor Titular em Antropologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

BIBLIOGRAFIA

AMOussy, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

ARISTIZABAL, Catherine. *Autodocumentos hispanoamericanos del siglo XIX: fuentes personales y análisis histórico*. Berlim: LIT Verlag / Hamburger Lateinamerikastudien, 2012.

BONDIA, Jorge Larrosa. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abril 2002.

- Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jan. 2016.
- CÂMARA, Sandra Cristinne Xavier da. PASSEGGI, Maria da Conceição. O gênero memorial acadêmico no Brasil: concepções e mudanças de uma autobiografia intelectual. In: JORNADA NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICO DO NORDESTE, XXIV, Natal: UFRN, 4 a 7 de set. **Anais...**, 2012. Disponível em < <http://www.gelne.org.br/Site/arquivostrab/1517-ARTIGO-GELNE-2012-SandraCXCamara-Passeggi.pdf> > Acesso em: 27 abr/ 2014.
- CHADWICK, Whitney. COURTIVRON, Isabelle. Amor & Arte: Duplas Amorasas e Criatividade Artística. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- CORREA, Mariza. Antropólogas e Antropologia. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- FOURNIER, Marcel. Para reescrever a biografia de Marcel Mauss... Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 5-13, jun. 2003.
- FRANK, Gelya. Ethnography of memory: an american anthropologist's family story of refuge from nazism. *American Anthropologist*, v. 102, nº 4, december 2000.
- LEJEUNE, Phillipe. O Pacto Autobiográfico: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (Org.). Ethos discursivo. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-29.
- MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação, In: Amossy, Ruth. (Org.), Imagens de si no discurso: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005, p. 69-92.
- MORAES, Fernanda Azeredo. Pântanos de relações e colchões de cumplicidade: academia e conjugalidade na perspectiva de quatro mulheres intelectuais. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96224/302924.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 26 mar. 2016.
- PONTES, Heloisa. Intérpretes da Metrópole: História Social e relações de gênero no teatro e no campo intelectual, 1940-1968. São Paulo: EDUSP, 2011.
- RAAB, Diana. Transpersonal approaches to autoethnographic research and writing. *The Qualitative Report*, 18: 1-18, 2013. Disponível em <http://nsuworks.nova.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1516&context=tqr> . Visitado em 16/03/2018.
- SILVA, Wilton C. L. Brilho etéreo de arquivos e lembranças: algumas questões sobre arquivos pessoais e biografias. *Diálogos (On-line)*, v. 21, p. 32-43, 2017.
- SILVA, Wilton C. L. MONTEAGUDO, José Gonzales. Cartesianos o hermeneútics: el memorial académico como forma de autobiografía docente en Brasil. *Cuestiones Pedagógicas*, v. 25, p. 133-144, 2017.
- SOUZA, Elizeu Clementino de. PASSEGGI, Maria da Conceição. (Orgs.) Pesquisa (auto)biografica: cotidiano, imaginário e memória. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.
- VERSIANI, Daniela Beccaccia. Autoetnografias: conceitos alternativos em construção. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.